

## Introdução

O trabalho que será apresentado aqui partiu da indagação sobre os modos de construção do conhecimento na Psicanálise e dos meios os quais ela dispõe para realizar a articulação entre sua técnica e sua teoria. Ou seja, quais os dispositivos que tornam possível a transformação daquilo que ocorre e é verificado em uma situação clínica para as hipóteses e formulações metapsicológicas? E como a teoria, advinda do método de pesquisa elaborado por Freud, pode se tornar novamente técnica e dar suporte aos tratamentos que são realizados? Essa pesquisa, portanto, tem como objetivo examinar o desenvolvimento da elaboração do procedimento de investigação criado por Freud, bem como sua aplicação, tendo como foco a forma pela qual esse procedimento se relaciona com a formulação da teoria freudiana acerca dos processos mentais.

Não se pode ignorar, no entanto, que o campo psicanalítico, enquanto disciplina, é de difícil definição dada a extrema pluralidade de direções e tendências que se verifica na bibliografia da área. À questão ‘o que é a psicanálise?’ abre-se uma variedade enorme de respostas e posicionamentos possíveis. Diante de tal multiplicidade de modos de pensar a disciplina e, conseqüentemente o método de pesquisa criados por Freud, o que fica claro para aquele que se aventura na investigação dessa questão é que o quê existe na psicanálise é uma fragmentação flagrante do campo (Green, 2003). Esse fato, porém, não impede a produção de novos conceitos, técnicas e abordagens, muito menos o diálogo proveitoso com outras áreas do saber, como a Filosofia, a Sociologia, a Biologia e também a Medicina. Ao contrário, a grande variedade contida na Psicanálise pode ser compreendida como um aspecto que favorece a produção e a exploração de novos eventos, bem como o aprofundamento de questões pertinentes ao território psicanalítico.

Ainda assim, se a unidade ou a definição da prática inaugurada por Freud não estão dadas de antemão, ou pelo menos não são de fácil apreensão, há algumas tentativas de resolução desse problema. Uma delas é a discussão,

bastante conhecida e trabalhada entre os psicanalistas americanos, como Otto Kernberg (2003) e Wallerstein (2003), na qual busca-se chegar a um consenso em torno dos critérios que poderiam ser utilizados na definição da Psicanálise, bem como de sua aplicação, indicação ou contra-indicação. Essa discussão teve origem nos Estados Unidos na década de 50, em um momento no qual a compreensão psicanalítica das doenças mentais havia se tornado hegemônica na área de saúde mental do país. Segundo Bergman (2003), após a 2ª Guerra Mundial, ela passou por um período de muita popularidade e grande desenvolvimento, se expandindo para os ambientes institucionais da psiquiatria, psicologia clínica e assistência social.

Entretanto, ao final dos anos 50, face a uma possibilidade de dissolução da disciplina freudiana dentro do campo da psiquiatria, deu-se início a um longo debate, que perdura até hoje, sobre não só as relações entre a análise e as psicoterapias como também sobre se o procedimento psicanalítico deveria se limitar ao tratamento das neuroses ou se poderia estender-se ao campo de outras patologias mentais (Kernberg, 2003). Desse impasse, e “numa tentativa de separar a Psicanálise da psicoterapia, a APA chegou à conclusão de que a análise tinha como objetivo transformar a neurose infantil em neurose de transferência, que a seu tempo devia ser liquidada pela interpretação” (Bergman, 2003, p. 151). Desse momento em diante, os participantes da referida disputa selecionaram um certo número de critérios – tais como uma postura neutra ou não do analista ou terapeuta, a frequência das sessões, a duração do tratamento, o tempo das sessões e o uso do dispositivo divã-poltrona ou a posição face-a-face - para que se delimitasse a partir daí a fronteira entre o tratamento psicanalítico e outras formas de psicoterapia.

O problema dessa discussão, no entanto, recai menos no exame dos critérios selecionados – que podem até ser fonte de questionamentos e reflexões importantes para a prática – do que na concepção de Psicanálise da qual se parte. Pois entender a Psicanálise através da definição proposta pela APA é considerá-la apenas sob seu aspecto terapêutico, ignorando a faceta teórica, metodológica e uma reflexão a respeito dos postulados fundamentais subjacentes às teorias que se apresentam.

Essa definição, portanto, ao partir do pressuposto, implícito, de que a Psicanálise não poderia ser outra coisa além de uma terapêutica, ignora toda uma

discussão, presente desde Freud e longe de estar encerrada, sobre, por exemplo, o estatuto científico da Psicanálise. Contudo, se Freud afirmou sempre que a sua disciplina era uma Ciência da Natureza, ele não o fez ingenuamente. Cientista formado e reconhecido pela qualidade de seus trabalhos em pesquisa experimental muito antes de se tornar psicanalista, Freud sabia muito bem em que terreno estava pisando ao argumentar que sua criação pertencia ao domínio da *Naturwissenschaft*, e recorre sempre ao argumento de que suas descobertas teriam pertinência e valor científico por serem oriundas de um método específico, de uma técnica que permite a pesquisa sobre esse novo objeto, o Inconsciente (Freud, 1933a).

Para o médico austríaco, logo, a possibilidade que sua criação tem de produzir um conhecimento dotado de sentido recai sobre a existência de sua técnica e à capacidade de se comprovar ou não hipóteses através dela. O procedimento de pesquisa inventado por ele seria aquilo que garante a terapêutica e a teoria, de acordo com uma definição de Psicanálise escrita pelo mesmo para um verbete enciclopédico (1923). Assim, não se pode reduzir o campo psicanalítico a apenas uma dessas facetas; deve-se considerá-las todas se o tema problematizado é o da invenção freudiana e da capacidade que ela tem de produzir novas informações e conteúdos pertinentes sobre o funcionamento psíquico.

Pensar a pesquisa e as condições de produção de conhecimento inerentes à Psicanálise leva também à problemática do modelo de Ciência ao qual a Psicanálise se identifica, que tem como pano de fundo, mais uma vez, a questão do estatuto científico da invenção de Freud. Na medida em que aderir a uma concepção de ciência implica em aderir a uma metodologia particular, subordinar-se a um modelo de produção científica determina os rumos da pesquisa realizada e, conseqüentemente, a direção para a qual a teoria se orientará. Ou seja, seguir um modelo de ciência determina os caminhos da produção de conhecimento e a qualidade dessa produção. Isso vale também para a psicanálise.

Além disso, a investigação sobre os processos através dos quais a psicanálise pode elaborar novos meios de compreender o que seja a vida anímica leva necessariamente ao esforço de definir o que seja a pesquisa psicanalítica, que é uma questão bastante problemática e pertinente frente à dispersão dessa disciplina. Ou seja, mais importante do que defender ou buscar uma unidade da

Psicanálise é compreender e esclarecer os fundamentos sobre os quais se apóiam suas correntes internas.

Assim sendo, propõe-se, no primeiro capítulo, compreender a constituição da técnica freudiana, desde a década de 1890, anterior, portanto, a Psicanálise, passando pelo abandono da hipnose e a adoção do método da associação livre até as reformulações realizadas na década de 1930 e a introdução do conceito de “construção” no dispositivo clínico. Utilizar-se-á principalmente os textos escritos pelo próprio Freud sobre seu procedimento e a evolução e modificações deste. Ainda nesse capítulo, e utilizando outros autores psicanalistas, como André Green e José Bleger, realiza-se uma reflexão sobre a importância do enquadre tanto para o processo de uma análise quanto para as condições de realização de uma pesquisa psicanalítica. Enfim, na última seção o tema da pesquisa em sua relação com a técnica é evidenciado, pondo em relevo a função do dispositivo do *setting* como aquilo que organiza e permite a apreensão dos dados que surgem durante um atendimento. Assim, este dispositivo criado por Freud torna-se essencial no isolamento do consultório analítico, para que ele assim possa desempenhar a função de laboratório.

Já no segundo capítulo serão trabalhadas as mudanças e alterações realizadas na técnica por outros psicanalistas depois de Freud. São eles: Ferenczi, Melanie Klein, Anna Freud, Winnicott e Lacan. Esses analistas foram escolhidos por possuírem, em suas obras, contribuições significativas para a prática da Psicanálise. Serão examinadas as maneiras pelas quais eles modificaram o enquadre original freudiano e possibilitaram, assim, a expansão da pesquisa psicanalítica, como o atendimento a crianças, as experiências clínicas ferenczianas com pacientes difíceis e a introdução de uma nova temporalidade na prática analítica, feita por Lacan.

O terceiro capítulo, por sua vez, traz a antropologia da Ciência realizada por Bruno Latour e alguns de seus comentadores, como Graham Harman. Esta parte da dissertação expõe a proposta latouriana de pensar a produção científica sob uma ótica que não considera a divisão ontológica tradicional entre sujeito e objeto. Para isso, diversos conceitos oriundos dessa filosofia são introduzidos e trabalhados, como a “hibridação”, a “referência circulante” e a Teoria Ator-Rede (ANT), para dar conta do modo através do qual as ciências em geral e a sociedade se mesclam, se definem e se alteram simultaneamente. Esse percurso será

importante para que se possa pensar a articulação entre a pesquisa e a produção de conhecimento na Psicanálise.

No último capítulo, finalmente, será feita a ligação entre a proposta de Bruno Latour e a pesquisa psicanalítica, tal qual ela foi examinada nos primeiros dois capítulos. Poderemos nos valer do vocabulário do filósofo francês para pensar não só a produção do conhecimento na Psicanálise, mas também a circulação desses fatos que são produzidos e a manutenção social da Psicanálise tanto como teoria quanto como prática. Por essa razão, a conclusão desse trabalho não cumpre apenas sua função de retomar temas já vistos anteriormente, mas de fato introduz novos elementos que antes não poderiam ser adicionados ao corpo do trabalho. A análise de Leon Chertok e Isabelle Stergers sobre a técnica psicanalítica, assim, só pode surgir nessa última parte do trabalho, aliando explicitamente os conteúdos e concepções expostos no capítulo precedente com a proposta freudiana de transformar o consultório psicanalítico em um laboratório, um ambiente purificado no qual a investigação científica da vida anímica pudesse ocorrer.